Sá Carvalho S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2024 com Relatório
do Auditor Independente

KPDS 1478777

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024 3
BALANÇOS PATRIMONIAIS 10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 16
1. CONTEXTO OPERACIONAL 16
2. BASE DE PREPARAÇÃO 17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 19
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS 20
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 20
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS 21
7. IMOBILIZADO 21
8. INTANGÍVEL 23
9. FORNECEDORES 24
10. PROVISÕES 24
11. TRIBUTOS 26
12. ENCARGOS SETORIAIS 27
13. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA 28
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 28
15. RECEITA 30
16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS 31
17. CUSTOS GERENCIÁVEIS 31
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 32
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 32
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 34
21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO 37
RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 41

TERMO DE RESPONSABILIDADE 44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração com conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A SÁ CARVALHO

A Sá Carvalho S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Subsolo 1, Sala 5, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

A Sá Carvalho possui, em operação, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 78 MW (Não auditado).

Parque Gerador – Características físicas

Usina	Potência Total (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Concessão
Sá Carvalho	78	54,40	UHE	1951	27/08/2026

(1) Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas.

Garantia física realizada e esperada (Não auditado)

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
Sá Carvalho	54,40	54,40	54,40	35,77	-	-	-

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de negócio em 01/Jan/2024	Preço no ACR em 01/Jan/2024	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
Sá Carvalho	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, era de R$36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, Sá Carvalho, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu na adequação de sistema de energia e conectividade e aquisições de dispositivos Individuais de notificação (PAE).

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024. 20 Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA. O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R$54.868 mil em 2024, em comparação a R$67.296 mil no exercício de 2023, representando uma redução de 18,47%. Essa redução é justificada, principalmente, pela redução da receita com fornecimento de energia elétrica.

Receita operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 473.294 MWh (não auditado) durante o exercício de 2024 (471.942 MWh em 2023 – não auditado). O fornecimento bruto auferido foi de R$162.174 mil em 2024, comparado a R$171.667 mil no exercício de 2023.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R$37.512 mil em 2024, dos quais R$13.550 mil (36,12%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R$23.962 mil (63,88%) referem-se aos custos gerenciáveis. Comparativamente ao mesmo período de 2023, os custos e despesas operacionais somaram R$28.654 mil dos quais R$5.328 mil (18,59%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R$23.326 mil (81,41%) referem-se aos custos gerenciáveis.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R$26.812 mil referentes ao imposto de renda e contribuição social, representando 32,83% do lucro societário antes da tributação. Comparativamente, no exercício de 2023, a Companhia apurou despesa no montante de R$32.357 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,47% do lucro societário antes da tributação. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram devido, principalmente, ao ganho reconhecido decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi de R$88.624 mil (R$104.871 mil em 2023) e a margem do LAJIDA foi de 76,72% no mesmo período (85,32% em 2023), conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023	Var. %
Resultado regulatório	54.868	67.296	(18,47)
Despesa de IR e CS	26.812	32.357	(17,14)
Resultado financeiro	(3.679)	(5.385)	(31,68)
Depreciação e amortização	10.623	10.603	0,19
LAJIDA (1)	**88.624**	**104.871**	**(15,49)**

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis Regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

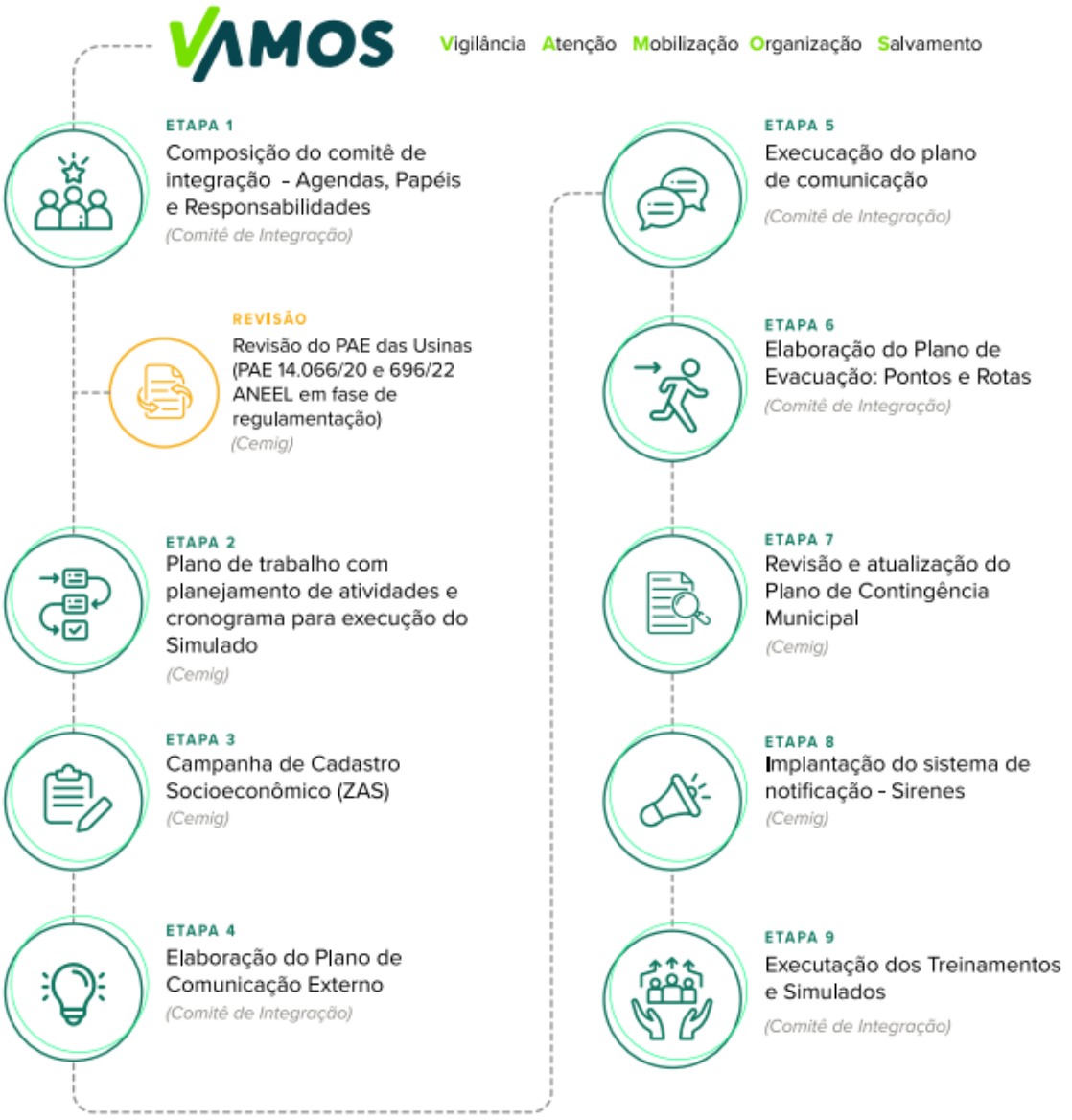
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONs-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2025, que, ao resultado societário do exercício no montante de R$52.906 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R$1.962 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R$29.578 mil pagos em 2024 como dividendos intercalares; e
- R$25.290 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.358	2.579
Investimentos temporários	4	21.780	4.011
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	5.436	11.499
Tributos compensáveis		503	491
Outros ativos		96	2
TOTAL DO CIRCULANTE		**38.173**	**18.582**
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	8.215	-
Tributos compensáveis		127	121
Depósitos judiciais	6	4.181	1.768
Imobilizado	7	51.144	53.799
Intangível	8	13.133	20.765
Direito de uso		136	234
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**76.936**	**76.687**
ATIVO TOTAL		**115.109**	**95.269**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.030	2.729
Obrigações sociais e trabalhistas		523	506
Impostos, taxas e contribuições	11a	4.506	4.938
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11b	25.062	10.042
Encargos setoriais	12	2.866	3.658
Convênio de compartilhamento		285	287
Passivo de arrendamentos		39	44
Outros passivos circulantes		51	58
TOTAL DO CIRCULANTE		**36.362**	**22.262**
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11c	3.902	6.757
Encargos setoriais	12	3.362	2.495
Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica	13	312	312
Provisões	10	1.553	734
Passivo de arrendamentos		113	204
Outros passivos não circulantes		15	6
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**9.257**	**10.508**
TOTAL DO PASSIVO		**45.619**	**32.770**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		32.657	25.666
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**69.490**	**62.499**
PASSIVO TOTAL		**115.109**	**95.269**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA BRUTA	15	**162.174**	**171.667**
Fornecimento de energia elétrica		161.443	171.504
Energia elétrica de curto prazo		731	163
TRIBUTOS	**15**	**(42.363)**	**(44.164)**
ICMS		(30.151)	(30.605)
PIS/Pasep		(2.178)	(2.413)
Cofins		(10.034)	(11.146)
ENCARGOS	15	(4.298)	(4.581)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(1.017)	(1.086)
Reserva Global de Reversão – RGR		(801)	(947)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(2.024)	(2.179)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(456)	(369)
RECEITA LÍQUIDA	**15**	**115.513**	**122.922**
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	16	**(13.550)**	**(5.328)**
Energia elétrica comprada para revenda		(13.550)	(5.328)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	17	**101.963**	**117.594**
CUSTOS GERENCIÁVEIS	17	**(23.962)**	**(23.326)**
Pessoal e administradores		(2.441)	(2.103)
Materiais		(606)	(639)
Serviços de terceiros		(8.255)	(7.537)
Arrendamentos e aluguéis		(7)	(17)
Seguros		(83)	(90)
Doações, contribuições e subvenções		(1.025)	(1.358)
Tributos		(10)	(40)
Depreciação e amortização		(10.623)	(10.603)
Provisões		(819)	(734)
Gastos diversos		(93)	(205)
RESULTADO DA ATIVIDADE		**78.001**	**94.268**
Resultado financeiro	18	**3.679**	**5.385**
Receitas financeiras		4.145	6.552
Despesas financeiras		(466)	(1.167)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**81.680**	**99.653**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(29.667)	(35.186)
Imposto de renda e contribuição social diferido		2.855	2.829
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**54.868**	**67.296**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**54.868**	**67.296**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**54.868**	**67.296**

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**36.833**		**39.102**	**-**	**75.935**
Aprovação dividendos adicionais propostos	-	-	(31.735)	-	(31.735)
Resultado do exercício	-	-	-	67.296	67.296
Destinação do resultado proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios	-	-	18.299	(18.299)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(48.997)	(48.997)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**36.833**	**-**	**25.666**	**-**	**62.499**
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(18.299)	-	(18.299)
Resultado do exercício	-	-	-	54.868	54.868
Destinação do resultado proposta à AGO:					
Dividendos Intermediários 2024	-	-		(29.578)	(29.578)
Dividendos adicionais propostos	-	-	25.290	(25.290)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**36.833**	**-**	**32.657**	**-**	**69.490**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	54.868	67.296
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 7 e 8)	10.589	10.575
Amortização de direito de uso	34	28
Juros passivo de arrendamento (Nota 18)	12	17
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (nota 11 d)	26.812	32.357
Variação monetária depósito judicial (Nota 18)	(86)	(1)
Juros e variações monetárias	(4.080)	(6.755)
Provisão para contingências (Nota 10)	819	734
	88.968	**104.251**
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	6.063	(670)
Tributos compensáveis	(841)	5.067
Depósitos judiciais (Nota 6)	(2.327)	(2)
Outros ativos	(29)	19
	2.866	**4.414**
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	301	206
Obrigações sociais e trabalhistas	17	8
Impostos, taxas e contribuições	(432)	211
Encargos setoriais	75	387
Convênio de compartilhamento (Nota 19)	(2)	1
Outras obrigações	(74)	2
	(115)	**815**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**91.719**	**109.480**
Imposto renda e contribuição social pagos	(13.824)	(23.622)
Juros recebidos	3.686	6.735
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**81.581**	**92.593**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em investimentos temporários	(137.570)	(129.309)
Resgates de investimentos temporários	111.981	147.629
Adição em imobilizado (Nota 7)	(305)	(537)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(25.894)**	**17.783**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(47.877)	(112.346)
Arrendamentos pagos	(31)	(40)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(47.908)**	**(112.386)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**7.779**	**(2.010)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.579	4.589
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	10.358	2.579

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. ("Companhia" ou "Sá Carvalho"), sociedade anônima de capital fechado, é uma concessionária de geração de energia elétrica domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

A Companhia recebeu autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho ("UHE Sá Carvalho") por meio da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000 e tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias (MG). A Sá Carvalho possui concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da UHE Sá Carvalho, conforme Contrato de Concessão nº 001/2004.

A Companhia é subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão ("CEMIG GT") ") e tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"). Em 15 de dezembro de 2000, após a aquisição da usina de Sá Carvalho pelo Grupo Cemig, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a APERAM INOX AMERICA DO SUL, para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela empresa em Timóteo (MG).

A UHE Sá Carvalho teve sua garantia física revisada de 58 para 56,1 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018, definidos pela Portaria 178/2017 do Ministério de Minas e Energia. Em 30 de novembro de 2022, foi publicada a portaria Nº 709/GM/MME, com uma revisão extraordinária de garantia física, alterando de 56,1MW médios para 54,4MW médios a garantia física da UHE Sá Carvalho.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Companhia apresentou um capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2024, indicando que o negócio possui geração de caixa operacional e rentabilidade suficientes para suprir eventuais necessidades de caixa. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Sá Carvalho, visando garantir o direito de solicitar a renovação da concessão de sua usina que vence em 2026, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua Controladora Cemig GT conforme Decreto 9.271/2018. Em julho de 2023, a manifestação foi feita pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

Classificação: Direcionado

A Companhia reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contrato de Concessão nº 01/2004, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo MME.

Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Companhia. Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 03 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 11 – Tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social - reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 15 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 20 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.5. Principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Bancos conta movimento				641	649
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (1)	CDI		99%	-	103
Overnight (2)	Pré-fixada	11,91% a 12,15 %	11,42% a 11,65%	9.717	1.827
TOTAL				**10.358**	**2.579**

(1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

(2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs				-	383
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98% CDI	17.055	2.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	12,41% a.a. a 12,45%	11,83% a 11,85%	4.420	1.115
Debêntures	CDI	TR + 1% a 122,90%	TR + 1% a 118,69%	305	41
				21.780	**4.011**
Não circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	11,83% a 11,85% a.a	8.215	-
TOTAL (1)				**29.995**	**4.011**

(1) O aumento das aplicações em TVM, principalmente em LF e LFT, está associado à estratégia da Companhia na gestão do seu fluxo financeiro, conforme as necessidades de caixa.

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses investimentos temporários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes			Total 2024	Total 2023
	Corrente a vencer		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	**5.436**	**-**	**-**	**5.436**	**11.499**
Fornecimento não faturado	5.667	-	-	5.667	11.729
(-) Arrecad. processo classif.	(231)	-	-	(231)	(230)
TOTAL	**5.436**	**-**	**-**	**5.436**	**11.499**

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Trabalhistas	1.910	190
Tributário - Depósito Vinculado a Litígios	2.239	1.316
Outros	32	262
TOTAL (1)	**4.181**	**1.768**

(1) O aumento trata-se, principalmente, de depósito de embargos de execução de processo trabalhista.

7. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado - R$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Serviço		**104.771**	**(55.839)**	**48.932**	**104.644**	**(52.879)**	**51.765**
Terrenos	-	46	-	46	46	-	46
Reservatórios, barragens e adutoras	2,39	42.144	(24.309)	17.835	42.144	(23.302)	18.842
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,26	13.002	(4.028)	8.974	13.002	(3.604)	9.398
Máquinas e equipamentos	3,11	49.554	(27.482)	22.072	49.427	(25.955)	23.472
Móveis e utensílios	6,25	25	(20)	5	25	(18)	7
Em Curso							
Geração		**2.072**	**-**	**2.072**	**1.894**	**-**	**1.894**
Administração		**140**	**-**	**140**	**140**	**-**	**140**
TOTAL AIS + AIC		**106.983**	**(55.839)**	**51.144**	**106.678**	**(52.879)**	**53.799**

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2023	Transferências	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração						
Terrenos	46	-	46	-	46	46
Reservatórios, barragens e adutoras	42.144	-	42.144	(24.309)	17.835	18.842
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.002	-	13.002	(4.028)	8.974	9.398
Máquinas e equipamentos	49.427	127	49.554	(27.482)	22.072	23.472
Móveis e utensílios	25	-	25	(20)	5	7
Subtotal	**104.644**	**127**	**104.771**	**(55.839)**	**48.932**	**51.765**

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração							
Máquinas e equipamentos	644	305	(127)	822	-	822	644
Outros	1.250	-	-	1.250	-	1.250	1.250
Administração							
Outros	140	-	-	140	-	140	140
Subtotal	**2.034**	**305**	**(127)**	**2.212**	**-**	**2.212**	**2.034**
Total do Ativo Imobilizado	**106.678**	**305**	**-**	**106.983**	**(55.839)**	**51.144**	**53.799**

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Transf.	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração						
Terrenos	46	-	46	-	46	46
Reservatórios, barragens e adutoras	42.144	-	42.144	(23.302)	18.842	19.850
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.002	-	13.002	(3.604)	9.398	9.822
Máquinas e equipamentos	48.811	616	49.427	(25.955)	23.472	24.352
Móveis e utensílios	25	-	25	(18)	7	8
Subtotal	**104.028**	**616**	**104.644**	**(52.879)**	**51.765**	**54.078**

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração							
Máquinas e equipamentos	873	387	(616)	644	-	644	873
Outros	1.100	150	-	1.250	-	1.250	1.100
Administração							
Outros	140	-	-	140	-	140	140
Subtotal	**2.113**	**537**	**(616)**	**2.034**	**-**	**2.034**	**2.113**
Total do Ativo Imobilizado	**106.141**	**537**	**-**	**106.680**	**(52.881)**	**53.799**	**56.191**

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	185	120	305
Total das adições	**185**	**120**	**305**

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual no exercício de 2024 foi de 2,84% (2,84% no exercício de 2023).

De acordo com o Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa Aneel nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

8. INTANGÍVEL

Ativo intangível	Taxas anuais médias de amortização (%)	2024			2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor	Custo	Amortização acumulada	Valor
Em serviço		**40.006**	**(26.873)**	**13.133**	**40.006**	**(19.241)**	**20.765**
Ativos da concessão - GSF	19,12%	39.690	(26.557)	13.133	39.690	(18.969)	20.721
Softwares	-	316	(316)	-	316	(272)	44
Total		**40.006**	**(26.873)**	**13.133**	**40.006**	**(19.241)**	**20.765**

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	**40.006**	**-**	**40.006**	**(26.873)**	**13.133**
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	39.690	(26.557)	**13.133**
Softwares	316	-	316	(316)	-
					-
Total	**40.006**	**-**	**40.006**	**(26.873)**	**13.133**

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	**40.006**	**-**	**40.006**	**(19.240)**	**20.765**
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	39.690	(18.969)	20.720
Softwares	316	-	316	(271)	45
Total	**40.006**	**-**	**40.006**	**(19.240)**	**20.765**

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Sá Carvalho				
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	634	27/08/2026

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão da concessão.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica - CCEE	919	943
Materiais e serviços	2.111	1.786
	3.030	**2.729**

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), conforme apresentado na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

10. PROVISÕES

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Provisões					
Trabalhistas	710	815	-	-	1.525
Outras	24	4	-	-	28
	734	**819**	**-**	**-**	**1.553**

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Provisões					
Trabalhistas	-	710	-	-	710
Honorários de êxito	-	-	-	-	-
Outras	-	24	-	-	24
Total	**-**	**734**	**-**	**-**	**734**

As provisões e passivos contingentes são:

- R$693 (R$659 em 31 de dezembro de 2023) referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- R$1.525 (R$793 em 31 de dezembro de 2023) cuja chance de perda foi avaliada como provável e R$271 (R$83 em 31 de dezembro de 2023) cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute a abstenção de contratação de empregados sem prévia aprovação em concurso, verbas rescisórias e adicional de periculosidade. A variação da probabilidade de perda provável decorre, principalmente, de homologação de cálculo trabalhista, ocorrido em sentença de março de 2024.
- R$194 (R$185 em 31 de dezembro de 2023) referente à não homologação de compensação de crédito tributário federal (Cofins) pelo reconhecimento da insuficiência do crédito tributário;
- R$28 (R$24 em 31 de dezembro de 2023) cuja chance de perda foi avaliada como provável e R$214 (R$191 em 31 de dezembro de 2023) cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R$49 (R$55 em 31 de dezembro de 2023) referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.

- R$563 (R$496 em 31 de dezembro de 2023) referente a processos de responsabilidade civil, onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2024	2023
PIS/Pasep	206	280
Cofins	1.146	1.486
ICMS	2.503	2.565
ISSQN	181	143
INSS	415	400
Outros	55	64
Total	**4.506**	**4.938**

b) Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	18.376	7.151
Contribuição social	6.686	2.891
Total (1)	**25.062**	**10.042**

(1) O aumento decorre da mudança de regime de tributação de lucro real trimestral para lucro real anual, com recolhimento na base estimada.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2024	2023
Ativos fiscais diferidos		
Outros	563	288
	563	**288**
Passivos fiscais diferidos		
Ressarcimento de custos do GSF (1)	(4.465)	(7.045)
	(4.465)	**(7.045)**
Total do ativo (passivo) líquido	**(3.902)**	**(6.757)**

(1) Efeito tributário do ganho reconhecido em virtude do ressarcimento de custos do GSF, considerando a diferença temporária entre o reconhecimento e a realização.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	**(6.757)**	**(9.587)**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	2.855	**2.829**
Saldo final	**(3.902)**	**(6.756)**

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2024	2023
Lucro antes dos impostos	81.680	99.653
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	(27.172)	(32.717)
Contribuições e doações indedutíveis	(1.014)	(1.014)
Incentivos fiscais	1.374	1.374
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	**(26.812)**	**(32.357)**
Alíquota efetiva	**32,83%**	**32,47%**
Corrente	**(29.667)**	**(35.186)**
Diferido	**2.855**	**2.829**

12. ENCARGOS SETORIAIS

	2024	2023
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.254	2.286
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	38	38
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	32	42
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	430	344
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28	839
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	65	85
CDE sobre P&D	19	24
	2.866	**3.658**
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3.362	2.495
	3.362	**2.495**
TOTAL	**6.228**	**6.153**

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos é conforme segue:

Consolidado	31/12/2023	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2024
FNDCT	85	462	(482)	-	-	65
MME	42	231	(241)	-	-	32
P&D	3.334	323	-	(637)	370	3.390
	3.461	**1.016**	**(723)**	**(637)**	**370**	**3.487**

	31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	79	494	(488)	-	-	85
MME	39	247	(244)	-	-	42
P&D	2.655	346	-	(28)	361	3.334
	2.773	**1.087**	**(732)**	**(28)**	**361**	**3.461**

13. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ativo Imobilizado - R$ Mil	2024			2023		
	Custo histórico	Reavaliação	Total	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em curso						
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312	312	-	312
	312	**-**	**312**	**312**	**-**	**312**

Movimento das obrigações especiais	Saldo inicial em 31/12/2023	Adição	Total 31/12/2024
Em curso			
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312
	312	**-**	**312**

Movimento das obrigações especiais	Saldo inicial em 31/12/2022	Adição	Total 31/12/2023
Em curso			
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312
	312	**-**	**312**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R$36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2024	2023
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	25.290	18.299
	32.657	**25.666**

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2024, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R$25.290 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido societário do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	52.906	65.330
Realização do custo atribuído	1.962	1.966
	54.868	**67.296**
Dividendos intermediários	29.578	48.997
Dividendos adicionais propostos	25.290	18.299
Total dos dividendos	**54.868**	**67.296**

Destinação do resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2025, que, ao resultado societário do exercício de 2024 no montante de R$52.906, e do saldo de lucros acumulados no valor de R$1.962, referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- O montante de R$29.578 pago em 2024 como dividendos intercalares; e
- R$25.290 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

15. RECEITA

	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	162.174	171.667
Deduções à receita operacional (b)	(46.661)	(48.745)
Receita operacional líquida	**115.513**	**122.922**

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento de energia	1	1	473.294	471.942	161.443	171.504
Transações com Energia na CCEE	-	-	-	-	731	163
Total	**1**	**1**	**473.294**	**471.942**	**162.174**	**171.667**

O contrato de compra e venda de energia assinado com cliente prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

b) Deduções à receita operacional

	2024	2023
Tributos sobre a receita		
Cofins	10.034	11.146
PIS/Pasep	2.178	2.413
ICMS	30.151	30.605
	42.363	**44.164**
Encargos do consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	801	947
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.017	1.086
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	456	369
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.024	2.179
	4.298	**4.581**
TOTAL	**46.661**	**48.745**

16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda (1)		
Energia de curto prazo	14.334	5.252
Contratos bilaterais	597	619
Crédito de PIS/Pasep e Cofins	(1.381)	(543)
	13.550	**5.328**

(1) Em 2024, Rosal teve mais exposições no balanço de energia, ficando com mais déficits liquidados ao PLD. O efeito está sendo contabilizado como compra na CCEE para repor estas exposições.

17. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Pessoal e administradores (a)	2.441	2.103
Materiais	606	639
Serviços de terceiros (b)	8.255	7.537
Depreciação e amortização	10.623	10.603
Tributos	10	40
Doações, contribuições e subvenções	1.025	1.358
Provisões	819	734
Outras	183	312
TOTAL	**23.962**	**23.326**

a) Pessoal e administradores

(a) Pessoal e administradores	2024	2023
Pessoal		
Outros		
Remuneração	899	918
Encargos	304	318
Previdência privada	67	77
Outros benefícios	341	301
Convênio de compartilhamento	759	420
Administradores	71	69
	2.441	**2.103**

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos (1)	3.463	3.035
Convênio de compartilhamento - O&M	2.580	2.627
Comunicação	271	148
Meio ambiente	651	339
Conservação e limpeza de prédios e vila de operadores	383	340
Despesas com transporte	-	199
Vigilância	226	179
Auditoria externa	36	34
Serviços advocatícios	-	3
Tecnologia da informação	159	146
Outros	486	487
	8.255	**7.537**

(1) O principal aumento nos serviços de terceiros se refere a manutenção de conservação de instalações e equipamentos, com a celebração de contratos para manutenção de linhas de transmissão, manutenção elétrica durante a parada geral da usina, serviço de locação de retroescavadeira, manutenção nas imediações das barragens, entre outros.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	4.207	6.765
Variação monetária depósito judicial	86	1
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras (1)	(202)	(317)
Outras receitas financeiras	54	103
	4.145	**6.552**
Despesas financeiras		
Variação monetária	(369)	(361)
Atualização de créditos de PASEP/COFINS sobre ICMS	-	(666)
Juros passivo de arrendamentos	(12)	(17)
Outras despesas financeiras	(85)	(123)
	(466)	**(1.167)**
Resultado financeiro	**3.679**	**5.385**

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(105)	(97)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	285	287	-	-	(510)	(853)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(363)	-
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	619	417	-	-	(2.580)	(2.625)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	9.717	1.827	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	21.780	4.012	-	-	521	27	-	-
Não circulante								
Investimentos temporários	8.215	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Investimentos temporários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	67	86
Participação nos resultados	19	19
Previdência privada	4	3
Total (1)	**90**	**108**

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		5.436	5.436	11.499	11.499
Investimentos temporários		305	305	41	41
Depósitos judiciais		4.181	4.181	1.768	1.768
		9.922	**9.922**	**13.308**	**13.308**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	9.717	9.717	1.930	1.930
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1	-	-	383	383
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	25.270	25.270	2.472	2.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	4.420	4.420	1.115	1.115
Debêntures					
		39.407	**39.407**	**5.900**	**5.900**
		49.329	**49.329**	**19.208**	**19.208**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(3.030)	(3.030)	(2.729)	(2.729)
Arrendamentos		(152)	(152)	(248)	(248)
		(3.182)	**(3.182)**	**(2.977)**	**(2.977)**

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.244	406	69	282	29	3.030
Arrendamentos	3	6	32	79	98	218
TOTAL	**2.247**	**412**	**101**	**361**	**127**	**3.248**

Outros riscos não financeiros monitorados pela administração

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		10.358	-	10.358	2.579	-	2.579
Investimentos temporários		21.780	-	21.780	4.011	-	4.011
Consumidores, concessionárias e permissionárias		5.436	-	5.436	11.499	-	11.499
Tributos compensáveis		503	-	503	491	-	491
Outros ativos circulantes		96	(1)	95	2	(1)	1
TOTAL DO CIRCULANTE		**38.173**	**(1)**	**38.172**	**18.582**	**(1)**	**18.581**
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		8.215	-	8.215	-	-	-
Tributos compensáveis		127	-	127	121	-	121
Tributos diferidos		-	-		-	-	-
Depósitos judiciais		4.181	-	4.181	1.768	-	1.768
Imobilizado	21.1	51.144	41.314	92.458	53.799	44.287	98.086
Intangível		13.133	-	13.133	20.765	-	20.765
Direito de uso		136	-	136	234	-	234
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**76.936**	**41.314**	**118.250**	**76.687**	**44.287**	**120.974**
ATIVO TOTAL		**115.109**	**41.313**	**156.422**	**95.269**	**44.286**	**139.555**

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		3.030	-	3.030	2.729	-	2.729
Obrigações sociais e trabalhistas		523	-	523	506	-	506
Impostos, taxas e contribuições		4.506	-	4.506	4.938	-	4.938
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		25.062		25.062	10.042		10.042
Encargos setoriais		2.866	-	2.866	3.658	-	3.658
Convênio de compartilhamento		285	-	285	287	-	287
Outros passivos circulantes		51	-	51	58	-	58
Passivo de arrendamentos		39	-	39	44	-	44
TOTAL DO CIRCULANTE		**36.362**	**-**	**36.362**	**22.262**	**-**	**22.262**
NÃO CIRCULANTE							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	3.902	14.152	18.054	6.757	15.163	21.920
Encargos setoriais		3.362	-	3.362	2.495	-	2.495
Obrig. Vinculadas à conces. e permis. serviço público de energia elétrica	21.2	312	(312)	-	312	(312)	-
Provisões		1.553	-	1.553	734	-	734
Outros passivos não circulantes		15	-	15	6	-	6
Passivo de arrendamentos		113	-	113	204	-	204
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**9.257**	**13.840**	**23.097**	**10.508**	**14.851**	**25.359**
TOTAL DO PASSIVO		**45.619**	**13.840**	**59.459**	**32.770**	**14.851**	**47.621**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		36.833	-	36.833	36.833	-	36.833
Reservas de lucros		32.657	-	32.657	25.666	-	25.666
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	21.1	-	27.473	27.473	-	29.435	29.435
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**69.490**	**27.473**	**96.963**	**62.499**	**29.435**	**91.934**
PASSIVO TOTAL		**115.109**	**41.313**	**156.422**	**95.269**	**44.286**	**139.555**

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA BRUTA		**162.174**	**-**	**162.174**	**171.667**	**-**	**171.667**
Fornecimento de energia elétrica		161.443	-	161.443	171.504	-	171.504
Energia elétrica de curto prazo		731	-	731	163	-	163
TRIBUTOS		**(42.363)**	**-**	**(42.363)**	**(44.164)**	**-**	**(44.164)**
ICMS		(30.151)	-	(30.151)	(30.605)	-	(30.605)
PIS/Pasep		(2.178)	-	(2.178)	(2.413)	-	(2.413)
Cofins		(10.034)	-	(10.034)	(11.146)	-	(11.146)
ENCARGOS – PARCELA "A"		**(4.298)**	**-**	**(4.298)**	**(4.581)**	**-**	**(4.581)**
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(1.017)	-	(1.017)	(1.086)	-	(1.086)
Reserva Global de Reversão – RGR		(801)	-	(801)	(947)	-	(947)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(2.024)	-	(2.024)	(2.179)	-	(2.179)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(456)	-	(456)	(369)	-	(369)
RECEITA LÍQUIDA		**115.513**	**-**	**115.513**	**122.922**	**-**	**122.922**
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		**(13.550)**	**-**	**(13.550)**	**(5.328)**	**-**	**(5.328)**
Energia elétrica comprada para revenda		(13.550)	-	(13.550)	(5.328)	-	(5.328)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**101.963**	**-**	**101.963**	**117.594**	**-**	**117.594**
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		**(23.962)**	**(2.973)**	**(26.935)**	**(23.326)**	**(2.979)**	**(26.305)**
Pessoal e administradores		(2.441)	-	(2.441)	(2.103)	-	(2.103)
Materiais		(606)	-	(606)	(639)	-	(639)
Serviços de terceiros		(8.255)	-	(8.255)	(7.537)	-	(7.537)
Arrendamentos e aluguéis		(7)	-	(7)	(17)	-	(17)
Seguros		(83)	-	(83)	(90)	-	(90)
Doações, contribuições e subvenções		(1.025)	-	(1.025)	(1.358)	-	(1.358)
Impostos e taxas		(10)	-	(10)	(40)	-	(40)
Depreciação e amortização	21.1	(10.623)	(2.973)	(13.596)	(10.603)	(2.979)	(13.582)
Provisões		(819)	-	(819)	(734)	-	(734)
Perdas na desativação de bens	21.1	-	-	-	-	-	-
Gastos diversos		(93)	-	(93)	(205)	-	(205)
RESULTADO DA ATIVIDADE		**78.001**	**(2.973)**	**75.028**	**94.268**	**(2.979)**	**91.289**
Resultado financeiro		**3.679**	**-**	**3.679**	**5.385**	**-**	**5.385**
Receitas financeiras		4.145	-	4.145	6.552	-	6.552
Despesas financeiras		(466)	-	(466)	(1.167)	-	(1.167)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**81.680**	**(2.973)**	**78.707**	**99.653**	**(2.979)**	**96.674**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(29.667)	-	(29.667)	(35.186)	-	(35.186)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.2	2.855	1.011	3.866	2.829	1.013	3.842
RESULTADO LÍQUIDO		**54.868**	**(1.962)**	**52.906**	**67.296**	**(1.966)**	**65.330**

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	**96.963**	**91.934**
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Reavaliação - Custo atribuído	(41.625)	(44.598)
Tributos – IR/CS	14.152	15.163
Patrimônio líquido regulatório	**69.490**	**62.499**

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido societário	**52.906**	**65.330**
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Depreciação - Reavaliação do custo atribuído	2.973	2.979
Imposto de renda e contribuição social	(1.011)	(1.013)
Total dos ajustes de práticas contábeis	1.962	1.966
Lucro líquido regulatório	**54.868**	**67.296**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

21.1. Imobilizado

Os efeitos são decorrentes das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a regulatória. Na adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Companhia registrou os ativos de geração utilizando o custo atribuído na data, conforme laudo de avaliação realizado por empresa avaliadora. Conforme MCSE, nas demonstrações contábeis regulatórias são estornados os saldos do ativo, da reserva de ajustes de avaliação patrimonial e a consequente depreciação e baixa desses saldos no resultado do exercício.

21.2. Efeitos Fiscais

A Companhia apresentou os efeitos ficais decorrentes dos ajustes da diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

** * * * * * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Sá Carvalho S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Sá Carvalho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Sá Carvalho S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Sá Carvalho S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Renovação da concessão

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o contrato de concessão da Companhia vence em agosto de 2026 e que conforme divulgado na referida nota, a Companhia protocolou, em julho de 2023, o pedido de renovação da concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em conformidade com a regulamentação vigente e este processo encontra-se em análise por esta agência reguladora. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Sá Carvalho S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 03 de julho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 03 de julho 2025

Outorgada: Sá Carvalho S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.